

**ATA NÚMERO 109/XII/2ª SL**

**06.fevereiro.2013 – 10h00**

Aos 6 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 7, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Comunicações do Presidente**

**3. Audição do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado** “Ponto de situação sobre o funcionamento e financiamento dos Laboratórios do Estado e sobre a efetiva aplicação das recomendações inerentes às avaliações internacionais realizadas nos últimos anos”.

**4. Projeto de Resolução n.º 582/XII/2.ª (BE)** - Exige a manutenção da Fundação para a Computação Científica Nacional como entidade autónoma, anulando a sua integração na Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

- **Discussão**

**5. Projeto de Resolução n.º 586/XII/2.ª (PCP)** - Recomenda ao Governo a manutenção da Fundação para a Computação Científica Nacional, nos atuais moldes de autonomia, como instituição fundacional sem fins lucrativos

- **Discussão**

**6. Relatório de atividades sobre “Avaliação Tecnológica Parlamentar”**

- Votação dos pontos 7, 8, 9 e do parecer
- **Deputado relator:** Rui Jorge Santos (PS)

**7. Outros assuntos**

**8. Data da próxima reunião**

**Dia 12.fevereiro.2013**

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, verificando-se a ausência do PEV.

**2. Comunicações do Presidente**

Não se registaram comunicações do Presidente.

**3. Audição do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado** “Ponto de situação sobre o funcionamento e financiamento dos Laboratórios do Estado e sobre a efetiva aplicação das recomendações inerentes às avaliações internacionais realizadas nos últimos anos”.

A audição faz parte do plano de atividades da Ciência, de que é relatora a deputada Elza Pais (PS).

A delegação que representava o Fórum era constituída por Pedro Reis (presidente do Fórum), José Manuel Catarino (presidente do Conselho Científico do LNEC), Manuela Caniça (presidente do Conselho Científico do INSA), Miguel Santos (presidente do Conselho Científico do IPMA), Vitor Rodrigues (presidente do Conselho Científico do IICT) e Alda Cardoso (representante dos investigadores e doutorados do INMLCF).

O presidente do Fórum iniciou a sua exposição referindo que a questão central é a definição clara da missão dos Laboratórios do Estado (LE) e as suas atribuições, realçando a necessidade de os meios serem os adequados. Salientou depois a importância da atribuição de um quadro plurianual de financiamento e de ser conferida mais autonomia aos Laboratórios, com base num protocolo e prestação de contas pelas entidades.

Referiu a questão do rejuvenescimento dos recursos humanos e da massa crítica e indicou que é essencial a abertura dos concursos dos investigadores e a integração dos investigadores de Ciência, contratados há 5 anos, o desbloqueamento das carreiras, que a avaliação de desempenho seja feita pelo Conselho Científico e a ligação com a progressão nas carreiras.

Em relação ao financiamento referiu a rigidez dos mecanismos de execução financeira, agravada com a “Lei dos Compromissos” e bem assim as dificuldades de aquisição de bens e serviços. Referiu a participação em concursos competitivos, em que obtêm projetos, mas pelas restrições não os conseguem executar adequadamente, daí a dificuldade de participarem em parcerias, nomeadamente internacionais. Salientou que as limitações financeiras condicionam a atividades destas instituições.

Solicitou que a “Lei dos Compromissos” deixe de ser aplicada aos Laboratórios, como aconteceu com as Universidades. Realçam que têm de orientar as suas atividades para as áreas em que há apoios aos projetos, sendo fundamental a existência de orçamentos plurianuais. Pediu que as tutelas deem mais tarefas e reconhecimento aos Laboratórios e que tenham em conta as recomendações internacionais sobre os Conselhos Científicos, realçando a independência dos mesmos.

Por último, manifestou apreensão em relação à extinção da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) e ao eventual aumento de custos para os utilizadores.

Interveio de seguida a deputada Elza Pais (PS), na qualidade de relatora da Ciência, a qual referiu que o balanço feito pelo presidente do Fórum indica que poucas alterações houve desde maio de 2012, em que foi feita a audição dos Laboratórios do Estado. Realçou que o Projeto de Resolução do PCP, com medidas sobre a matéria, foi rejeitado e que o PS pediu a apreciação parlamentar do DL de alteração do Estatuto dos Bolseiros, não tendo as alterações propostas sido integralmente acolhidas. Mencionou a extinção da FCCN e os efeitos que pode ter. Questionou se o desinvestimento atual é perigoso. Por último, referiu a importância de se aprovar uma Resolução com recomendações ao Governo sobre os Laboratórios do Estado e pediu ao Fórum indicação de medidas a incluir.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) manifestou concordância com a definição da missão dos Laboratórios do Estado e respetivas atribuições, gestão autónoma e prestação de contas e questionou se entendem que seria mais eficaz a existência de uma tutela conjunta dos Laboratórios do Estado. Perguntou depois qual a forma de alterar a situação no que se refere à necessidade de rejuvenescimento dos recursos humanos, problema que foi referido ter 20 anos. Por último, questionou se têm estabelecido parcerias e procedido à sua renegociação, até a nível internacional e quais as dificuldades e potencialidades das mesmas.

A deputada Nilza de Sena (PSD) retomou as questões de definição da missão, do financiamento plurianual, da autonomia das instituições e do rejuvenescimento dos recursos humanos e realçou como missão essencial dos Laboratórios o desenvolvimento da investigação nas áreas estratégicas para o país. De seguida, tendo presente um relatório com várias medidas para os LE, nomeadamente a extinção de alguns deles, pediu a posição do Fórum sobre essas medidas.

Referiu depois que a Secretária de Estado da Ciência tem estabelecido contactos com as tutelas dos vários Laboratórios, para articulação da política de investigação e bem assim com o Secretário de Estado do Orçamento sobre a “Lei dos Compromissos”. Referiu ainda o programa investigador Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e os processos de contratação de investigadores.

O deputado Miguel Tiago (PCP) mencionou o papel fundamental dos LE, pelas missões que desenvolvem e referiu que as políticas que têm vindo a ser seguidas podem visar o desmembramento destas entidades, verificando-se que há muita externalização de serviços e que o programa mobilizador dos Laboratórios praticamente não teve efeitos.

Enfatizou a importância de definição da missão de cada Laboratório e o financiamento específico, plurianual, que permita o cumprimento daquela, salientando que o acesso daquelas entidades a financiamento de projetos gerais não é adequado. Por último, indicou que o ratio técnico/investigador de 7 para 1 é incomportável.

O deputado Luís Fazenda (BE) partilhou a apreensão pela integração da FCCN na FCT e informou que iam ser discutidos na mesma reunião dois projetos de Resolução sobre essa matéria. Salientou que essa integração pode incluir uma eventual privatização do domínio e configura mais um constrangimento para a ciência.

Realçou a importância do rejuvenescimento dos recursos humanos e referiu que é importante racionalizar, mas não racionar. Indicou ainda que a Assembleia da República devia exigir o cumprimento dos compromissos assumidos pela Secretária de Estado da Ciência, no que se refere a um regime financeiro especial e à não sujeição à “Lei dos Compromissos”, sendo que o compromisso continua sem concretização.

Em resposta, o Presidente do Fórum solicitou que a Assembleia da República aprove uma Resolução, recomendando ao Governo medidas de revitalização dos Laboratórios e que faça o acompanhamento da sua execução. Pronunciou-se pela importância da articulação das políticas e das decisões das várias tutelas com o Ministério da Educação e Ciência, através da Secretária de Estado da Ciência e pela necessidade de implementar o conselho de orientação dos Laboratórios do Estado, que fomentaria a articulação.

Reiterou a necessidade de abertura de concursos de investigadores (referindo que há muitos anos que não são abertos concursos) e referiu que o investigador FCT pode ser uma carreira paralela, tendo ainda informado que a Secretária de Estado da Ciência tinha indicado que não se tratava duma carreira. Realçou a necessidade de sustentabilidade, consolidação das equipas e a sua peritagem.

De seguida, os presidentes de alguns Conselhos Científicos salientaram a necessidade de integração dos bolseiros, sob pena de perda de massa crítica. Informaram ainda que há 15 anos que não há concursos e os investigadores estão todos na categoria de investigador auxiliar, não havendo pessoas no topo da carreira, o que tem consequências na gestão de projetos, nalguns casos inviabilizando a chefia dos mesmos. Realçaram ainda a diferença que se verifica entre os investigadores dos Laboratórios do Estado, os docentes universitários, os investigadores dos Laboratórios Associados e os anteriores investigadores FCT.

Referiram o património essencial dos Laboratórios do Estado e a importância das suas missões, realçando ainda a incompatibilidade de os membros do Conselho Científico serem simultaneamente membros do Conselho Diretivo.

A deputada Elza Pais (PS) reiterou a preocupação com a situação, questionou o que é que os Laboratórios podem exigir às tutelas e retomo a proposta de um Projeto de Resolução a preparar em parceria com o Fórum. Questionou ainda qual será o futuro dos projetos e dos 1.200 investigadores contratados, realçando que os concursos para 200 mais 200 investigadores são exíguos.

O Presidente da Comissão manifestou abertura pela apresentação de um Projeto de Resolução, mas referiu que vê com dificuldade o acompanhamento da sua concretização por parte da Assembleia da República, propondo que os Laboratórios organizassem um Grupo de Trabalho com três elementos representando todos os Laboratórios e mais um jurista experimentado dos respectivos quadros, Grupo esse que tivesse condições para dinamizar o processo de sensibilização contínua e de tomada de decisões.

O Presidente do Fórum informou que teve contactos com a Secretária de Estado da Ciência e que há contactos individuais de alguns Laboratórios com as respetivas tutelas. Reiterou a preocupação com o futuro dos contratados de Ciência, referindo que desempenham funções essenciais nos Laboratórios. Realçou ainda a perda de competitividade, por perda de verbas de projetos internacionais.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que o PCP poderá fazer propostas e manifestou discordância em relação à proposta do Presidente da Comissão, por considerar que as tarefas do Grupo de Trabalho são responsabilidade do Governo.

A audição foi gravada em registo áudio, encontrando-se a gravação disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

**4. Projeto de Resolução n.º 582/XII/2.ª (BE) - Exige a manutenção da Fundação para a Computação Científica Nacional como entidade autónoma, anulando a sua integração na Fundação para a Ciência e a Tecnologia.**

O Projeto de Resolução foi apresentado pelo deputado Luís Fazenda (BE) e discutido conjuntamente com o Projeto de Resolução 586/XII, do PCP. Os termos da discussão encontram-se na informação que consta no [processo do Projeto de Resolução](#).

**5. Projeto de Resolução n.º 586/XII/2.ª (PCP) - Recomenda ao Governo a manutenção da Fundação para a Computação Científica Nacional, nos atuais moldes de autonomia, como instituição fundacional sem fins lucrativos**

O Projeto de Resolução foi apresentado pelo deputado Miguel Tiago (PCP) e discutido conjuntamente com o Projeto de Resolução 582/XII, do BE. Os termos da discussão encontram-se na informação que consta no [processo do Projeto de Resolução](#).

#### **6. Relatório de atividades sobre “Avaliação Tecnológica Parlamentar”**

O Presidente da Comissão sintetizou as alterações que tinham sido introduzidas nos pontos 7, 8, 9 e no parecer, salientando ainda que será nomeado um deputado relator para a matéria da Avaliação Tecnológica Parlamentar, o qual deverá ser indicado pelo PS.

Os pontos em causa e o parecer foram aprovados por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, verificando-se a ausência do PEV.

#### **7. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

#### **8. Data da próxima reunião**

**Dia 12.fevereiro.2013**

A reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de fevereiro 2013

**O PRESIDENTE**

**(Ribeiro e Castro)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Sofia Bettencourt  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Emídio Guerreiro  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Rui Jorge Santos  
Rui Pedro Duarte  
Elza Pais  
Emília Santos  
Inês Teotónio Pereira  
Maria Manuela Tender  
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia  
Inês de Medeiros  
Pedro Delgado Alves